

Principais entraves na via de autonomização dos Estudos do Turismo: anarquismo epistemológico ou concertação estratégica?

Francisco Dias

Phd em Ciências do Turismo pela Universidade de Perpignan
Docente de Turismo na ESTM / I. P. Leiria e investigador do GITUR / I. P., Leiria

Resumo: O presente artigo tem como objectivo demonstrar que a credibilização e dignificação institucional da área científica do Turismo junto da tutela ministerial não é uma questão de esforço de demonstração das bases epistemológicas do Turismo, mas sim uma questão de concertação estratégica da emergente comunidade de investigadores do Turismo. Parte-se do pressuposto de que a emancipação das áreas científicas é um processo complexo e gradual que inclui 3 dimensões relevantes: (1) epistemológica; (2) social e económica; (3) político-institucional e identitária.

São formuladas duas hipóteses: a primeira hipótese assume que, na atribuição do estatuto de autonomia a áreas científicas, a dimensão político-institucional e identitária tem primazia sobre a dimensão epistemológica; a segunda hipótese sustenta que a crescente importância *social e económica do Turismo tem servido para* atrair financiamentos para as universidades, subsidiando projectos e grupos de investigação atomizados pelas diversas unidades de I&D das várias ciências sociais reconhecidas (Economia, Geografia, Sociologia, Antropologia, etc...), sendo este facto um obstáculo à autonomização do Turismo como área científica interdisciplinar. Estas duas hipóteses obtiveram corroboração empírica através da análise da lista de áreas científicas da FCT e da distribuição dos grupos de investigação do Turismo pelas diversas unidades de I&D reconhecidas e avaliadas pela FCT em 2007.

É ainda aventada a hipótese, a qual só o tempo poderá validar, segundo a qual a emergente comunidade de investigadores do Turismo, maioritariamente vinculada ao Politécnico, tentará contrariar a actual tendência de espartilhamento disciplinar, apostando cada vez mais na criação de grupos de investigação interdisciplinares, o que

levará ao reconhecimento dos Estudos do Turismo como área científica autónoma. Assume-se ainda que a dignificação dos Estudos do Turismo passa pela sua emancipação, a qual tarde ou cedo será conseguida, como o resultado cumulativo das seguintes linhas evolutivas: (1) a crescente aposta na formação pós-graduada em Turismo; (2) a criação de novas unidades de investigação em Turismo nas instituições de ensino onde existem Mestrados e Doutoramentos em Turismo; (3) o contínuo esforço de dignificação do Ensino Politécnico; (4) a procura de pontos de referência em outros países, onde o ensino e a investigação têm forte tradição.

Palavras-chave: Turismo; Investigação; Emancipação; Epistemologia.

Abstract: *This paper aims to make obvious that the process of recognition of Tourism Studies as an emancipated domain by the Portuguese Ministry of Science doesn't depend mainly on the demonstration of the epistemological status of Tourism but on the strategic agreement of the community of tourism researchers. This reflection is based on the proposition that the emancipation of scientific domains is a complex and ongoing process that includes three relevant dimensions: (1) epistemological; (2) social e economic; (3) political/institutional and identitairial. Two main hypotheses are presented: the first hypothesis argues that the political/institutional and identity dimension is much more important than the epistemological one in the assigning of autonomy status to a scientific domain; the second hypothesis holds that the growing social and economic importance of tourism has served to attract funding for universities, by subsidizing projects and research groups split in various research units of R&D of different social sciences (economics, geography, sociology, anthropology, etc ...). This fact is one among other obstacles to the empowerment of Tourism as an interdisciplinary scientific area. These two hypotheses received empirical corroboration by examining the list of scientific areas of the FCT and by analyzing the distribution of research groups in Tourism along the various research units of R & D recognized and evaluated by the FCT in 2007.*

It is also postulated that the emerging community of Tourism researchers, mostly linked to the Polytechnic institutions, will try to counteract the current trend of fragmentation along different scientific disciplines, focusing increasingly on the creation of interdisciplinary research groups which will lead to the recognition of Tourism Studies as an autonomous scientific area. It is further assumed that the status improvement of the research in the field of Tourism Studies depends on their emancipation, which sooner or later will be achieved as the cumulative result of the following trends: (1) the growing number of postgraduate courses in Tourism, (2) the creation of new research units in Tourism at institutions where there is postgraduate education in Tourism, (3) the ongoing effort to dignify the Polytechnic institutions, (4) the benchmark and the comparison with other countries where the tourism education and research has a strong tradition.

Key-words: Tourism; Research; Emancipation; Epistemology.

O problema

A discussão sobre os fundamentos epistemológicos do Turismo passou a fazer parte da agenda de debate, tornando-se tema de congressos e seminários. E, no caso português, não falta quem considere que a melhor (ou a única) maneira de levar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) a conceder ao Turismo o estatuto de área científica autónoma, consiste em demonstrar (se tal for possível) que os Estudos do Turismo atingiram o nível de cientificidade necessário para merecerem o estatuto de ciência. Ou seja, há quem defenda que a tutela só deverá considerar o Turismo como área científica autónoma se for demonstrado, a partir de critérios epistemológicos, que o Turismo é realmente uma verdadeira ciência...

Julgamos, porém, que a via mais eficiente para levar a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) a dignificar e apoiar os Estudos do Turismo, não é a via da epistemologia, a qual não passa de um paliativo inócuo, que nos impede de atingir o âmago da questão.

A hipótese principal subjacente a esta reflexão é a de que ***as dificuldades com que se deparam os Estudos do Turismo para serem reconhecidos como área científica autónoma, têm muito mais a ver com factores político-institucionais e identitários do que com questões epistemológicas.***

Como veremos adiante, esta 1ª hipótese é facilmente corroborada empiricamente a partir de alguns factos inequívocos. Veremos que, pelo menos no caso português, há um claro domínio do nível político sobre o epistemológico. E a explicação para este facto radicar-se-á seguramente na enorme relevância social e económica do Turismo (dimensão 2).

Daqui deriva a segunda hipótese do presente estudo, que formulamos do seguinte modo: ***à medida que a actividade do Turismo foi assumindo uma crescente relevância social e económica, os Estudos do Turismo passaram a atrair financiamentos para as universidades, subsidiando projectos e grupos de investigação atomizados pelas diversas unidades de I&D das várias ciências sociais reconhecidas*** (Economia, Gestão, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Geografia, etc...). Este facto é em si mesmo um obstáculo à emancipação dos Estudos do Turismo como área científica autónoma.

Contudo, a crescente importância social e económica do Turismo está também na base do aparecimento de ***uma nova comunidade de docentes e investigadores pós-graduados, vinculados maioritariamente ao Politécnico, que em breve passará a liderar a investigação na área científica dos Estudos do Turismo.***

A 3ª hipótese deste estudo, que só o tempo poderá confirmar ou infirmar, sustenta que ***a nova comunidade científica emergente no Politécnico não estará interessada na manutenção do actual status quo, caracterizado pelo espartilhamento disciplinar dos Estudos do Turismo e, num futuro mais ou menos próximo, passará a cooperar com vista à dignificação desta área científica, através da sua emancipação,*** tentando obter da tutela um estatuto idêntico ao que já é reconhecido aos Estudos Africanos, aos Estudos Literários, aos Estudos Artísticos ou à Filosofia.

Esta última hipótese não é passível de verificação empírica no momento actual. Mas é inegável que, sendo o Turismo um domínio de investigação bastante complexo, é pois natural que os novos centros e grupos de investigação que se estão a organizar nos Institutos Politécnicos sejam constituídos por equipas multidisciplinares, integradoras de valiosos contributos oriundos das mais variadas ciências sociais. Neste contexto, a decisão de posicionar – de modo casuístico – os novos grupos e centros de investigação em Turismo como “apêndices” de unidades de I&D de áreas científicas específicas (seja Economia e Gestão, seja Sociologia, Geografia e Geografia ou até Ciências Políticas) será seguramente uma péssima aposta. Se tal acontecer, a visão holística que a complexidade do Turismo necessariamente exige não passará de uma miragem... ou de um produto de importação para consumo nacional, como vem sendo usual até agora.

(Se houver quem considere injusta ou exagerada esta última frase, aconselho a fazer uma consulta a todos os números da revista científica de grande referência internacional – Annals of Tourism Research – à procura de artigos assinados por investigadores portugueses... e verá que o resultado é muito pior do que constrangedor! O nosso estatuto de quase nulidade na comunidade científica internacional choca profundamente com o facto de 10% do PIB nacional ter origem no Turismo!....)

Antes de passarmos ao teste analítico das duas primeiras hipóteses, torna-se oportuno fazer duas ressalvas:

- 1) Iremos circunscrever o teste das hipóteses ao caso português, embora façamos algumas referências à situação de outros países sempre que o assunto em apreço o justificar.
- 2) A designação de **Estudos do Turismo** em detrimento de Ciência ou Ciências do Turismo é uma opção consciente, pois pretendemos deliberadamente evitar a ambiguidade singular/plural, isto é, não pretendemos aqui tomar partido sobre uma questão de natureza epistemológica.

Por um lado, a opção pelo singular ("**Ciência** do Turismo") afigura-se-nos mais arrojada e menos consensual e, embora haja em Portugal três doutorados em **Ciência do Turismo/Tourismologie** pela Universidade de Perpignan (sendo um deles o autor deste texto), não podemos deixar de reconhecer que uma ciência autónoma não nasce por autopromoção, sendo necessária a formação de consensos na comunidade científica quanto aos critérios epistemológicos, à luz dos quais uma ciência se deve instituir e fazer reconhecer; por outro lado, a opção pelo plural ("**Ciências** do Turismo") afigura-se-nos mais realista, mas também mais conservadora, menos ambiciosa e mais adversa à inovação que já se vai fazendo sentir em outros países. Assim sendo, a ambiguidade (ciência *versus* ciências) apenas reflecte as inevitáveis clivagens entre desejo e realidade, futuro e passado, inovação e *status quo...*, e pode ser matéria de uma outra reflexão (também importante mas, em nossa opinião, menos prioritária), com vista à dignificação dos Estudos do Turismo. Mas tal reflexão extravasa o âmbito deste tema.

O diagnóstico

Qualquer observador atento que analise a nomenclatura de áreas científicas, utilizada pela FCT (ver Anexo 1) para classificar as unidades de I&D existentes no país, será forçado a concluir que:

- 1) *Quase todas as unidades de I&D são apêndices internos de Instituições de Ensino Superior, predominantemente universitário, sendo a realização de teses de Mestrado e Doutoramento o principal produto gerado nessas unidades de I&D;*

- 2) *Do ponto de vista epistemológico, não se vislumbra um princípio coerente na organização da lista de áreas científicas da FCT. Por exemplo, nessa lista, ao mesmo nível das Ciências Naturais e das Ciências Exactas, a FCT coloca as Artes e Humanidades (de que fazem parte a Psicologia e a História e ainda outras "áreas científicas", designadamente os Estudos Literários, os Estudos Artísticos, a Filosofia e os Estudos Africanos).*

O facto de a FCT conceder estatuto de autonomia científica a áreas multidisciplinares como os Estudos Literários ou os Estudos Africanos, é por nós questionado apenas porque consideramos que a FCT também deverá conceder idêntico estatuto de autonomia a áreas multidisciplinares como o Marketing ou o Turismo. Aliás, após uma análise às várias unidades de I&D de Estudos Africanos e Estudos Literários, somos levados a concluir que o seu sucesso seria impensável se não tivessem a sua autonomia reconhecida pela FCT. E, de um ponto de vista pragmático, exortamos os investigadores interessados em dignificar os Estudos do Turismo a tomarem em consideração o precedente das Artes e Humanidades, como bons exemplos a seguir.

É bem provável que os opositores da emancipação dos Estudos do Turismo recorram aos argumentos da Epistemologia para demonstrarem que o Turismo não merece ser autonomizado, porque ainda não cumpre certos critérios de cientificidade. Em resposta a esses argumentos, assumimos desde já que essa é uma falsa questão, pois a discussão das questões epistemológicas deve ser assumida muito a sério mas apenas no interior da própria comunidade científica, e não ser usada para dificultar a relação entre esta comunidade e a respectiva tutela. A comunidade científica do Turismo será bastante mais eficaz se estabelecer duas agendas separadas: a da relação com a tutela e a da relação entre os membros da comunidade (relação entre pares). Com a tutela, a comunidade científica do Turismo deverá discutir políticas de investigação, deixando os temas epistemológicos para debate no interior da própria comunidade.

Além disso, mesmo sem pretendermos discutir o real estatuto epistemológico das áreas que a FCT inclui na sua lista, e das áreas que ignora, consideramos que a discussão sobre a coerência dos critérios de classificação das áreas científicas numa lista única (como o faz a FCT) é uma questão de **meta-epistemologia**, isto é, uma questão de **epistemologia da epistemologia**. E é neste preciso contexto que nos interro-

gamos sobre os critérios de coerência epistemológica usados pela entidade governamental que tutela a ciência em Portugal.

- Teriam os juízos de cientificidade da FCT sido baseados nos critérios preconizados por Karl Popper (1993), que coloca no cerne da análise o princípio da refutabilidade?
- Teriam os responsáveis da FCT adoptado a abordagem de Tomas Khun (1957, 1998), que elege como critério de demarcação das áreas científicas o critério da resolução de problemas (puzzle-solving)?
- Ou, como preconiza Thagard (1992), teriam os responsáveis da FCT verificado a co-existência de três critérios: um corpo teórico coerente, uma comunidade de investigadores e um dado contexto histórico?
- Ou será que, na senda de Paul Feyerabend (1977), os responsáveis da FCT ignoraram qualquer critério universal de cientificidade e, em vez disso, adoptaram uma abordagem pluralista, integradora dos diversos interesses e pontos de vista em presença?

Ora, não consta que tenha existido qualquer debate sobre o estatuto epistemológico de áreas de conhecimento tão pluridisciplinares – como é o caso dos Estudos Africanos, dos Estudos Artísticos e dos Estudos Literários –, como condição prévia para que tais áreas passassem a integrar, com (a merecida) autonomia, a lista de áreas científicas da entidade que tutela a Ciência em Portugal. Noutros termos, consciente ou inconscientemente, os decisores ministeriais seguiram as recomendações de Feyerabend (1977), isto é, adoptaram opinada ou inopinadamente os pressupostos do **anarquismo epistemológico**, que propugna pelo relativismo metodológico e defende que a Ciência não é substancialmente muito diferente da Arte, e não reconhece a existência de um método especificamente científico.

Sem pretendermos com isto apoiar as teses de Feyerabend (1977), que questionava a presumida razão abstracta universal defendida pelo idealismo racionalista, consideremos o caso da área científica de “Estudos Africanos”, como exemplo ilustrativo daquilo que vimos afirmando.

Em 2007, o relatório de avaliação das unidades de I&D tuteladas pela FCT (<http://www.fct.mctes.pt/unidades/08/?p=1>) incluía 3 centros de investigação na área científica autónoma de Estudos Africanos:

- O Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (com 5 grupos de investigação e 27 investigadores, dos quais 14 doutorados);

- O Centro de Estudos Africanos do ISCTE (4 grupos, 73 investigadores, 47 doutorados);
- O Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG (5 grupos, 17 investigadores, todos eles doutorados).

No total, a **área científica autónoma** de Estudos Africanos, contava em 2007 com 3 unidades de I&D registadas, e um total de 14 grupos de investigação, com 117 investigadores, dos quais 78 doutorados.

Porém, não se julgue que os responsáveis destas unidades de I&D tiveram que fazer um esforço de demonstração epistemológica, para desse modo granjearem a respeitabilidade, enquanto área científica autónoma junto da FCT. Basta uma breve consulta aos conteúdos dos sítios de Internet das três unidades de I&D para concluirmos que os próprios responsáveis dessas unidades de I&D não consideram os Estudos Africanos como ciência autónoma.

Eis o que se afirma no site do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG:

"O Centro conta actualmente com membros de diversas especialidades – economia (a mais representada), direito e sociologia –, quase todos docentes do ISEG e, na sua maioria, doutorados" (in <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/>).

Este carácter pluridisciplinar é assumido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto:

"O CEAUP (...) tem cinco linhas de investigação: Trabalho Forçado Africano, Rumo a Sociedades Auto-sustentadas, Recursos Hídricos e Ambiente Natural em África, Identidades e Conflitos na África Subsariana, Desenvolvimento Económico-Social e Cooperação" (in <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=16&s=7>).

As valências científicas deste centro de investigação são a Economia, a História, a Geografia, a Gestão, a Arquitectura e o Planeamento, sendo a História a área mais representada.

Por seu turno, o Centro de Estudos Africanos do ISCTE, que tem por objectivo *"a promoção dos estudos interdisciplinares em ciências sociais na África Subsaariana"* realiza estudos sobre *"Mudança e desenvolvimento em África, em quatro subtemas: Desenvolvimento e Cooperação Internacional; Economia e Empreendedorismo; Política em África; Guerras e Conflitos Violentos em África"*. Ou seja, as principais valências científicas presentes neste centro de investigação são a Economia, as Relações Internacionais, a Política e a Gestão.

À luz do exposto, podemos afirmar que ***são os próprios responsáveis das unidades de I&D em Estudos Africanos que assumem descomplexadamente que realizam estudos interdisciplinares em ciências sociais, ficando assim evidente que os Estudos Africanos constituem uma "área científica autónoma", com o devido reconhecimento da FCT, sem que tal signifique que se trata de uma "ciência autónoma"***. Ou seja, apesar de não operarem no seio de uma ciência autónoma, os investigadores de Estudos Africanos vêem o seu esforço dignificado pela FCT, que os reconhece como investigadores de uma área científica autónoma... mesmo que interdisciplinar!

Mais precisamente ainda: os Estudos Africanos são um objecto de investigação, trabalhado a partir de diferentes métodos e modelos científicos, mas o seu carácter interdisciplinar não lhes retira o estatuto de autonomia administrativa. Pelo contrário, adquiriram autonomia para poderem criar equipas de investigação interdisciplinares! De resto, chegaremos a conclusões idênticas se analisarmos os Estudos Artísticos ou os Estudos Literários, que, tal como os Estudos Africanos, são áreas interdisciplinares e não ciências autónomas.

Por conseguinte, não há a menor dúvida de que ***a lista de áreas científicas da FCT não exprime uma taxionomia epistemologicamente coerente, sendo antes uma ordenação que visa primariamente satisfazer os interesses de docentes e investigadores das universidades portuguesas***. Ou seja, são os interesses de grupo que estão na base do sistema de classificação das áreas científicas da FCT, o que corrobora inequivocamente a nossa 1.^a hipótese.

E se a estrutura de áreas científicas da FCT não atende aos comuns critérios de cientificidade, sendo antes uma manifestação (talvez involuntária) de anarquismo epistemológico, seria interessante averiguar o que a tutela terá a dizer sobre as seguintes questões:

- Por que razão o Marketing e o Turismo não fazem parte da lista de áreas científicas, quando outras áreas de estatuto científico igualmente periclitante já figuram nessa lista?
- Por que razão as unidades de I&D que em Portugal investigam o Turismo estão dispersas por diferentes áreas científicas?
- Não terão os Estudos do Turismo suficiente relevância social e económica para que a FCT lhes conceda o mes-

mo nível de autonomia e emancipação que já concede a outros domínios do saber?

Num momento em que o Politécnico começa a dar sinais de vitalidade no domínio da investigação científica, através da criação de novos grupos e unidades de I&D em Turismo (*como é o caso do Grupo de Investigação em Turismo – GI-TUR – do Instituto Politécnico de Leiria, ou o Centro de Investigação em Turismo e Lazer da Universidade do Algarve*) a questão do enquadramento institucional dos Estudos do Turismo assume a máxima pertinência. É neste contexto que devemos interrogar-nos sobre o seguinte:

- Deverão os novos grupos e unidade de I&D do Turismo inscrever-se na área científica das **Ciências Políticas e Jurídicas**, como é o caso do Grupo de Investigação “*Território, Desenvolvimento e Atractividade Turística*”, da Universidade de Aveiro?
- Em alternativa, deverão os novos grupos e unidades de I&D seguir na pegada de outros cinco grupos de investigação que são apêndices orgânicos de unidades de I&D da área científica de **Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia**?
- E por que não seguir o exemplo da Universidade Lusitana que inseriu na área científica de **Economia e Gestão** o seu **Centro de Investigação em Turismo, Inovação e Serviços**?

Em suma, o paradoxo é claríssimo: embora a natureza interdisciplinar da problemática turística recomende a criação de equipas interdisciplinares, os grupos de investigação do Turismo existentes nas universidades portuguesas encontram-se espartilhados e distribuídos por diferentes áreas científicas, segundo soluções casuísticas que exprimem as conveniências de cada universidade, mas que impedem a criação de equipas de investigação verdadeiramente interdisciplinares.

À luz do exposto, confirma-se a nossa 2ª hipótese: a importância social e económica do Turismo suscitou a criação de um conjunto variado e atomizado de grupos de investigação em Turismo, institucionalmente dispersos de acordo com idiosincrasias e interesses específicos.

Mas é tempo de nos interrogarmos sobre o melhor rumo a dar à área científica de Estudos do Turismo. E, se queremos realmente contribuir para a dignificação dos Estudos do Turismo, devemos assumir como nefastas quaisquer velei-

dades de "imperialismo disciplinar" ou a hegemonia de uma determinada área científica na análise das complexas questões do Turismo.

A visão económica do Turismo é parcelar... A Geografia nunca poderá garantir uma visão suficientemente holística dos fenómenos turísticos... As grelhas de análise da Sociologia ou da Antropologia são limitadas para abarcarem todos os aspectos relevantes desta problemática... Fagocitar ou compartimentar os Estudos do Turismo, através da criação de pequenos feudos disciplinares, é continuar a alimentar a pequena política, a grande burocracia e a mercearia corporativa... E, enquanto não compreendermos que é realmente a união que faz a força, continuaremos a deixar para os políticos a responsabilidade de definirem os conceitos do Turismo, através do respectivo voto na OMT.

No entanto, apesar das dificuldades decorrentes da inércia institucional e da distorção à nascença ("quem nasce torto, tarde ou nunca se endireita"), estamos otimistas sobre a nossa 3ª hipótese, a qual acreditamos que deverá ser corroborada num horizonte temporal de menos de uma década. Ou seja, não conseguimos vislumbrar qualquer motivo para que a emergente comunidade científica do Politécnico esteja interessada na manutenção do actual *status quo*, sendo, por isso, muito provável que, num futuro mais ou menos próximo, surjam esforços coordenados no sentido da dignificação dos Estudos do Turismo, através da sua autonomização como área científica interdisciplinar autónoma.

E o nosso optimismo radica na crença de que a dignificação/emancipação dos Estudos do Turismo serão o resultado cumulativo das seguintes linhas evolutivas:

- 1) A crescente aposta na formação pós-graduada em Turismo;
- 2) A criação de novas unidades de investigação em Turismo nas instituições de ensino onde existem Mestrados e Doutoramentos em Turismo;
- 3) O contínuo esforço de dignificação do Ensino Politécnico;
- 4) A procura de pontos de referência em outros países, onde o ensino e a investigação têm forte tradição.

1) A formação pós-graduada em Turismo

A vasta reforma do ensino superior, decorrente da implementação do Tratado de Bolonha e do novo estatuto da

carreira docente, está a influenciar fortemente os projectos formativos das instituições de ensino e a colocá-las perante novos desafios: a investigação, a internacionalização e o aumento da formação pós-graduada.

Estas novas exigências já se fazem sentir no crescente número de doutorados e mestres em Turismo, uma condição *sine qua non* para a expansão do ensino pós-graduado neste domínio.

2) A criação de novas unidades de I&D

A lista de centros de investigação anexa, em que baseámos a nossa análise, corresponde à avaliação das unidades de I&D feita no ano de 2007, sendo provável que entretanto novos grupos e unidades de investigação tenham surgido. O GITUR na ESTM e o CITL da Universidade do Algarve são dois exemplos deste dinamismo recente. É de resto expectável que surjam grupos ou centros de investigação em Turismo em todas as instituições de Ensino Superior com formação pós-graduada em Turismo. Ora, a maioria dos novos mestres e doutores das áreas do Turismo ficarão vinculados às instituições públicas ou privadas do Ensino Politécnico. Daqui resulta que caberá ao Politécnico, se souber ler adequadamente os sinais dos tempos, assumir a liderança dos Estudos do Turismo.

3) A dignificação crescente do Ensino Politécnico

A aposta na investigação aplicada e na formação pós-graduada não são os únicos desafios que se colocam ao Ensino Politécnico. O principal desafio colocado ao Politécnico tem sido a demonstração do seu mérito, num país onde ainda se venera, mesmo que em surdina, o estatuto iniciático da Universidade, apesar de já vivermos numa época em que o acesso ao ensino superior se generalizou a todos os estratos da sociedade. E este desafio da qualidade está a ser enfrentado com sucesso. A evolução do Politécnico nas últimas duas décadas é um dos mais notáveis êxitos da educação portuguesa, sendo um bom caso de estudo no contexto dos sistemas educativos e sociais. O Politécnico e a Universidade ainda não têm estatuto de paridade, mas as diferenças – outrora abissais – são cada vez menos acentuadas, e os ventos que sopram do exterior mostram que ainda há grande margem de progressão na dignificação do estatuto do Politécnico.

Na Alemanha, tal como na Finlândia, as instituições politécnicas acederam ao estatuto de universidade e até viram o seu nome alterado: são agora "**universidades de ciências aplicadas**"; também na Grã-Bretanha os politécnicos passaram a ser universidades e já não existem diferenciações estatutárias; na Espanha existe unicidade nominal; na França, onde continua a existir a dualidade nominal, as "Grande Écoles" são geralmente mais reputadas do que a maioria das universidades; mas mais espantoso é o sistema norte-americano, onde a instituição de ensino superior com maior número de prémios Nobel a nível mundial dá pelo nome de Massachusetts Institute of Technology!

4) A busca de referências em países com tradição de investigação no Turismo

Na época em que o mundo inteiro funciona em rede, só quem ficou paralisado algures no tempo é que poderá pensar a investigação científica a partir de uma lógica circunscrita ao território nacional.

A investigação é um processo em rede, e operando esta rede à escala mundial, uma questão importante é saber onde se situam os centros nevrálgicos da rede. Em Portugal não existe ainda um Centro Internacional de Investigação em Turismo. É nossa convicção de que, para que em Portugal possa surgir uma unidade de investigação de excelência, que seja uma referência internacional neste domínio, a comunidade de investigadores terá que assumir as suas responsabilidades, invertendo o rumo que tem seguido até este momento.

Uma simples pesquisa na Internet pode ser bem elucidativa sobre os modelos institucionais em que assentam os centros de Investigação em Turismo no Reino Unido ou nos Estados Unidos, onde não se perde muito tempo com a gestão de feudos académicos e se assume o óbvio: o Turismo é uma área de investigação digna e autónoma, seja nas Universidades, seja nos Institutos.

Bibliografia:

FEYERABEND, P. (1977) *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.

- KUHN, T. S. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva.
- KUHN, T.S. (1957). *The Copernican Revolution: planetary astronomy in the development of Western thought*. Cambridge: Harvard University Press.
- KUHN, T.S. (1977). *The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- POPPER, K. (1993). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix.
- THAGARD, P. (1992), *Conceptual revolutions*. Princeton: Princeton University Press.

Principais entraves na via de autonomização dos Estudos do Turismo

Anexos

ANEXO 1

Área Científica	Unid. I&D	Investigadores	Doutorados integrados	Grupos de investigação
Ciências Exactas				
Matemática	20	1095	594	99
Física	17	816	393	66
Química	12	816	393	66
Total	49	2727	1380	231
Ciências Naturais				
Ciências da Terra e do Espaço	14	663	291	52
Ciências Biológicas	12	720	327	50
Ciências do Mar	5	480	161	28
Ambiente	2	85	27	6
Ciências Agrárias	15	1069	514	75
Total	48	3017	1320	211
Ciências da Saúde				
Ciências da Saúde	36	2254	824	239
Ciências da Engenharia e Tecnologias				
Engenharia Civil	14	691	314	44
Engenharia Mecânica	18	702	294	49
Ciências e Engenharia de Materiais	3	210	129	26
Engenharia Química e Biotecnologia	7	281	125	22
Engenharia Electrotécnica e Informática	25	1178	573	96
Total	67	3062	1435	237
Ciências Sociais				
Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	25	1514	520	99
Economia e Gestão	28	947	559	129
Ciências Jurídicas e Ciências Políticas	13	387	197	60
Ciências e Políticas da Educação	15	1030	515	71
Ciências da Linguagem	6	422	174	44
Ciências da Comunicação	6	209	95	20
Total	93	4509	2060	423
Artes e Humanidades				
Psicologia	15	782	319	106
Estudos Literários	18	970	452	92
Estudos Artísticos	17	959	280	58
Filosofia	10	591	240	62
História	20	1222	510	122
Estudos Africanos	3	117	54	14
Total	83	4641	1855	454
TOTAL	376	20210	8874	1795

ANEXO 2

Nome do Grupo de Investigação	Instituição	Unidade de I&D a que pertence	Classificação na Áreas Científica da FCT	Avaliação em 2007
Território, Desenvolvimento e Atractividade Turística	U. Aveiro	Governança, Competitividade e Políticas Públicas	Ciências Jurídicas e Ciências Políticas	Very Good
Environment and Development	FCSH - UNL	e-GEO, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional	Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	Good
Sociedade, Território e Recursos	UTAD	Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento	Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	Good
Tourismology	IS CET	Centro de Investigação Interdisciplinar e de Intervenção Comunitária	Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	Poor
Multiculturalism, Tourism and Development	U. Coimbra	Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território	Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	Fair
Heritage, Tourism and Identity	IP Leiria	CIID - Centro de Investigação Identidades e Diversidades	Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	Good
Sustainable Development of Tourism and Services Economy and Tourism : Regional, National and International	U. Lusitana	Centro de Investigação em Turismo , Inovação e Serviços	Economia e Gestão	Fair

Grupos / unidades de I&D que (ainda) não fazem parte da lista da FCT:

Designação	Instituição	Responsável	Ano de fundação
Centro de Investigação em Turismo e Lazer - CITL	U. Algarve	João Albino	2007
Grupo de Investigação em Turismo - GITUR	ESTM - IP Leiria	Júlio Coelho	2008
<i>Centro de Investigações Sociais e Empresariais - CISE</i>	<i>U. Lusófona</i>	<i>(?.....?)</i>	<i>(?.....?)</i>
<i>(?.....?)</i>	<i>(?.....?)</i>	<i>(?.....?)</i>	<i>(?.....?)</i>
<i>(?.....?)</i>	<i>(?.....?)</i>	<i>(?.....?)</i>	<i>(?.....?)</i>